

ATA NÚMERO SEIS

-----Aos dezanove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas, reuniu no edifício sede da Junta de Freguesia, em Coja, em sessão ordinária, a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Coja e Barril de Alva, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----1. Leitura do expediente. -----

-----2. Intervenção do público. -----

-----3. Intervenção dos membros da Assembleia de Freguesia. -----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

-----1. Discussão e votação da Ata da Assembleia anterior, enviada a todos os membros. -----

-----2. Discussão e aprovação do Orçamento e Grandes Opções do Plano para o exercício de 2023. -----

-----3. Discussão e votação da Tabela Geral de Taxas para o ano de 2023. -----

-----4. Discussão e aprovação do Mapa de pessoal para o ano de 2023, de acordo com a Lei Nº12-A/2008, de 27 de fevereiro. -----

-----5. Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da União das Freguesias, acerca da situação financeira, nos termos da alínea v), do nº1, do art.18º da Lei nº75/2013 de 12 de setembro.-----

-----6. Aprovação, em minuta, da Ata desta Assembleia. -----

-----Estiveram presentes os membros da Assembleia: Carlos Alberto Alves Cerejeira, Maria Manuela Correia de Oliveira Gouveia Sinde Filipe, a partir de agora designada por Manuela Sinde Filipe, Ricardo Jorge dos Santos Bernardino, António Manuel Tavares Fróis de Carvalho, Isabel Maria Dias Gaspar Marques. Pelo Executivo estiveram presentes João Manuel Marques Tavares, João Luís Correia de Oliveira Gouveia e Isabel Maria Veiga Guarda, respetivamente Presidente e Secretário e Tesoureira. -----

-----O presidente da mesa da Assembleia, Carlos Alberto Alves Cerejeira, deu início à sessão, cumprimentando todos os presentes e agradecendo a presença do público, dando de seguida a palavra à primeira secretária, para ler o documento enviado pelos membros do Partido Socialista, justificando a sua ausência na Assembleia, que se transcreve: -----

"Declaração de protesto / Direito de Oposição -----

O Estatuto do Direito de Oposição vertido na Lei n.º 24/98, de 26 de maio, concretiza o princípio constitucional do direito de oposição democrática acolhido pela Constituição da República Portuguesa no n.º 2 do seu artigo 114.º, de acordo com o qual, " é



reconhecido às minorias o direito de oposição democrática, nos termos da Constituição e da lei". Nas autarquias locais, dispõe o artigo 1.º da referida Lei sob a epígrafe Direito de oposição, que "é assegurado às minorias o direito de constituir e exercer uma oposição democrática aos órgãos executivos das autarquias locais de natureza representativa, nos termos da Constituição e da lei" , devendo entender-se por oposição, de harmonia com o preceituado no n.º 1 do artigo 2.º daquela Lei, a atividade de acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas dos citados órgãos executivos. -----

Ao longo da sua história, o Partido Socialista sempre soube conviver com as maiorias absolutas no pleno respeito por opiniões contrárias, procurando e fomentando sempre pontes de diálogo com todos, simplesmente, porque é a única forma de elevar a democracia. Decorrido um ano do presente mandato autárquico, o executivo da União de Freguesias de Coja e Barril de Alva tem primado por uma conduta diferente e incomum na leitura do direito de oposição, recorrendo a expedientes aturridos sempre que está em causa a partilha do conhecimento da sua gestão. -----

Tratando-se de uma Junta de Freguesia, organismo político representativo de todos os cidadãos que nela residem, dificilmente se compreende a postura de hostilidade e sigilo seguida pelo seu atual executivo e, lamentavelmente, sancionada pela maioria dos membros da Assembleia de Freguesia, apenas minimizada pela intervenção de Entidades da tutela do Estado. Como se não bastasse esta postura obstativa, foram os representantes do PS na Assembleia de Freguesia surpreendidos pela convocatória para a reunião de preparação do Orçamento e Plano de Atividades a que, por Lei, o executivo está obrigado, não só não remetendo ao Partido Socialista a documentação que a Lei determina, como provocando a ausência dos seus membros naquela reunião ao fixar um dia de trabalho, à hora de almoço! É, no mínimo, uma atitude acintosa e de desconsideração pela ação democrática da oposição e de quem tenta aliar a sua vida profissional com a participação cívica na sua comunidade. Para o executivo, esta obrigação legal está ultrapassada, mas para nós não está. Mesmo após ter sido o executivo alertado para a irregularidade, recebemos quatro dias depois por correio eletrónico documentação referente ao Orçamento e Tabela de Taxas para 2023, sem mais qualquer justificação. Como se não fosse já suficiente, e tal como no ano anterior, não constam dos elementos que foram remetidos aos membros da Assembleia os seguintes documentos: GOP - Grandes Opções do Plano e Plano de Atividades para 2023. Esta irregularidade impede, mais uma vez, a aprovação do Orçamento na Assembleia de Freguesia agendada para hoje. Intencionalmente, por incúria ou falta de profissionalismo, é uma atitude incompreensível e inaceitável do executivo da Junta de Freguesia, quando todos sabemos que o Orçamento de 2022 está em análise na IGF - Autoridade de Auditoria, precisamente pelas mesmas razões. Dos elementos recebidos,



apraz-nos registar que da nossa ação perante a ERSAR as taxas de consumo de água foram retiradas da Tabela de Taxas da freguesia, dando razão à nossa contestação da sucessiva prática desta ilegalidade. Não vemos, contudo, nenhuma referência à consequente (e obrigatória) reposição dos valores cobrados indevidamente aos consumidores, mas não desistiremos de repor a legalidade. -----

Perante esta postura, e não querendo reeditar incidentes como aqueles que ocorreram na Assembleia de Dezembro de 2021, resta o recurso a formas democráticas de protesto, optando os membros representantes do PS por não estar presentes na reunião da Assembleia de Freguesia de hoje, deixando para a maioria que suporta esta postura a exclusiva assunção da responsabilidade sobre a decisão que vier a ser tomada. A ausência e as razões acima serão levadas ao conhecimento das Entidades de Tutela do Estado, requerendo que, nos termos legais, este protesto seja transcrito na Ata da reunião. -----

Constando da convocatória a aprovação da ata em minuta, requeremos à Mesa o envio de cópia das deliberações que vierem a ser tomadas, para os efeitos tidos por convenientes. Coja, 19 de dezembro de 2022 - Luis Manuel Tavares de Moura, Vanda Maria Fernandes César Tavares, Maria de Lourdes Tavares de Moura, António Jorge Quaresma Tavares. (Fim de transcrição; Documento em arquivo). -----

-----O Presidente da Mesa esclarece que estariam reunidas todas as condições para a não leitura desta declaração, pois conforme há prazos para o envio de documentos aos membros, também há prazos para a receção de documentos que os membros queiram ver tratados na Assembleia. Informa que esteve todo o dia em reunião comunitária, com o telemóvel desligado, e só leu este requerimento poucos minutos antes de vir para a Assembleia, apesar de o ter recebido às 17h e 15', quando ainda estava em reunião. Apesar de existir cobertura legal para não se referir o requerimento, decidiu ética e democraticamente dar-lhe a devida atenção. -----

-----Entrando no Período Antes da Ordem do Dia, ponto 1, leitura de expediente, o Presidente da Mesa passou a palavra à primeira secretária, que referiu a troca de correio eletrónico entre o membro Luis Moura, PS Todos Contam, o Presidente da Mesa da Assembleia e Executivo da União das Freguesias, que dado ter sido sempre enviado com conhecimento de todos os membros, não justificava a sua leitura, à exceção do mail que refere o estatuto do direito de oposição, apenas enviado para o Executivo e Presidente da Assembleia, em relação à convocatória para a reunião do dia 9 de dezembro, e o mail da empresa Saber Intemporal a solicitar cópia do requerimento assinado pelos membros do Partido Socialista, em que é questionada a legalidade da esplanada da mesma. (Documentos anexos à Ata) -----

-----Passando ao ponto dois do período antes da ordem do dia, intervenção do público, pediram a palavra, Fernando Figueiredo, João Luis Quaresma, António Fonseca,



Casimiro Coutinho e Carla Brito. -----

-----O Presidente da Mesa dá a palavra a Fernando Figueiredo que questiona o Executivo sobre a taxa ilegal que ouviu mencionada no documento que foi lido no início, dado estar cá a residir desde 2017 e não entender por que foi criada essa taxa. -----

-----Seguiu-se João Luis Quaresma, que pede a atenção do executivo para as terras arrastadas pela chuva, devido ao declive da estrada, tanto para o lado do Bairro, como para a estrada principal, que se vão acumular junto aos portões de sua casa. Também questionou se a estrada 344 é nacional ou camarária, pois vai fazer obras no muro, e precisa saber como proceder, dado não existir valeta nem passeio. Uma vez mais, traz o problema da Casa do Povo estar em comissão de gestão, solicitando o apoio do Executivo. -----

-----António Fonseca, mostra a sua preocupação com as águas contaminadas do seu furo, dado não se saber qual a origem, e já ter pedido ajuda à Junta. Mostrou o seu agrado pelos vários espetáculos que houve na Casa do Povo, sobre os 900 anos de Coja, onde falaram do ex-libris, a nossa Ponte, que está cheia de musgo e ervas, disponibilizando a sua ajuda tanto de máquinas como de mão de obra. Chamou ainda a atenção para o matagal de ambos os lados da estrada, junto à rotunda da entrada de Coja, que pede uma limpeza urgente, para ficar mais bonita. -----

-----Casimiro Coutinho, cumprimenta todos os membros da Assembleia e Executivo, e agradece todo o empenho e trabalho efetuado durante o ano, com votos de que continuem o bom trabalho. Pede ainda ao Presidente da Mesa da Assembleia para esclarecer a questão da reunião de 9 de dezembro, à hora de almoço, que em parte justifica a ausência dos membros do PS. -----

-----O Presidente da Mesa remeteu esta explicação para o Presidente do Executivo, pois os membros da Assembleia não tiveram qualquer interveniência nessa convocatória. -----

-----O Presidente da Mesa deu a palavra a Carla Brito, que pergunta qual o ponto de situação em relação ao requerimento que o senhor Luis Moura enviou para o Ministério Público, onde questionava a esplanada do seu estabelecimento. Alertou para o cheiro desagradável que ali se nota, principalmente quando chove, questionando se está a ser feito algo para solucionar o mesmo. -----

-----O Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente do Executivo para responder às intervenções apresentadas. -----

-----O Presidente do Executivo cumprimenta todos os presentes e começa por responder: -----

-----Fernando Figueiredo – em relação à questão das taxas, aproveita para referir e ler resposta da IGF, onde se confirma que as taxas eram cobradas desde 2015, quando o membro do PS fazia parte do Executivo da Junta, e acrescenta ainda que as



intervenção do PS em relação a este assunto, como o senhor Luis Moura refere, nada tiveram a ver com a resolução deste assunto, tal como não há qualquer ato sancionatório. -----

-----João Luis Quaresma – Em relação à Casa do Povo, conforme já referiu anteriormente, entende que devem ser os sócios a procurar uma solução. Também já constatou o acumular das terras, na zona referida, pelo que vão pedir a máquina à Câmara Municipal, para tentar resolver o problema. Em relação à estrada 344, é camarária até à ponte, e informa que já existe um projeto para a reabilitação da mesma pela Câmara Municipal. -----

----- António Fonseca – sobre a contaminação da água, vai tentar saber com a Câmara, o ponto de situação. Em relação à limpeza junto à ponte, no verão, foi retirada toda a madeira acumulada depois das cheias, e a limpeza das pedras, foram, anteriormente, aconselhados a não fazer nada, porque pode pôr em risco a sua estabilidade, pelo que nada mais podem fazer. O mato junto à rotunda não é de responsabilidade da Junta, apenas podem fazer queixa, para que seja tudo limpo. -----

-----Casimiro Coutinho – agradece as suas palavras de reconhecimento e informa que em relação à reunião, a mesma foi agendada dentro do possível, dizendo que há justificação na Lei, para este tipo de faltas. -----

-----Carla Brito – Sobre o requerimento, só pode informar que o processo está no Ministério Público, e até já foram chamados para o inquérito. Em relação ao cheiro, sabe que vão fazer mais umas obras, e dizem que as bombas elevatórias são as melhores, mas, infelizmente, não parecem estar a funcionar a 100%, mas espera que o problema seja resolvido. -----

-----O Presidente da Mesa passou ao ponto três, do período da ordem do dia, intervenção dos membros da Assembleia, com a inscrição de Isabel Maria Dias Gaspar Marques e António Manuel Tavares Fróis de Carvalho. -----

-----Isabel Maria Dias Gaspar Marques – reforça a necessidade de limpeza de valetas e aquedutos, na estrada do Pisão, para evitar que a água venha para estrada, e tentar fazer a canalização dessas águas para a Ribeira, onde fosse possível. -----

-----António Manuel Tavares Fróis de Carvalho – sobre a Declaração da oposição a justificar a ausência dos membros do PS, acha uma falta de respeito para com os outros membros e principalmente para com o povo de Coja. Enaltece e agradece a disponibilidade de António Fonseca, para a limpeza da Ponte, e gostava de ver mais pessoas com este tipo de postura, em vez de só fazerem críticas. Questiona situação de águas pluviais, na zona da Coutada, que vem ter atrás da casa do Dr. Fernando Vale, pois ouviu que as águas e areias escorrem pela rua, desde a casa do António Albano Oliveira, até à casa pré-fabricada, na sequência da obra efetuada pela Junta. Sugeriria falar com o proprietário do terreno para tentar encaminhar aquelas águas, ou procurar



outra solução para o problema. Referiu ainda as luzes apagadas na Praça, questionando se têm algum horário de funcionamento, mas lamentando que ninguém, nem nenhum comerciante tenha alertado ou questionado o porquê de estarem apagadas, à Junta de Freguesia. Ainda acrescentou sobre a Casa do Povo, que o João Luis está a fazer o seu papel, e está preocupado, mas os sócios da instituição é que têm que reunir, para procurar uma solução, pois a Junta nada pode fazer. Ainda lamentou os estragos do caminho Relvas/Sandinhos, na sequência das chuvas, onde tinha sido feito um bom trabalho na sua reparação, e agora tem uma parte toda estragada, pelo que pede a intervenção da Junta. -----

-----O Presidente do Executivo pede a palavra para responder às questões apresentadas: -----

-----Isabel Maria Dias Gaspar Marques – Já andaram a limpar, mas havia muita terra, o que não facilitou, mas iriam continuar essa limpeza. -----

-----António Manuel Tavares Fróis de Carvalho – Sobre as luzes da Praça, já avisou a Câmara e ficaram de vir substituir. Em relação às águas no caminho atrás da casa do Dr. Fernando Vale, vão ver e tentar falar com os proprietários, para encontrar uma solução. Disse ainda que vão tentar reparar novamente o caminho das Relvas/Sandinhos. -----

-----O Presidente do Executivo informou ainda que está em andamento o projeto Condomínio de Aldeia no Machorro, e que finalmente tinha sido efetuada a escritura do Moinho na Foz da Ribeira, e que o projeto ia avançar em breve. -----

-----O Presidente do Executivo esclareceu ainda, sobre as queixas do PS: -----

-----IGF - já em 2015, eram cobradas taxas ilegais, quando o membro do PS fazia parte do Executivo da Junta, e informa ainda que a Junta, ou o Presidente da Junta não vão ser sancionados. -----

-----IGF - Multa – foi confirmado que o senhor Luis Moura tinha que pagar à Junta, e estão a aguardar a explicação do pagamento de 180,00€, efetuado pelo mesmo. -----

-----O senhor Luis Moura fez apelo ao voto já depois da hora permitida, e foi feita queixa à Comissão Nacional de Eleições, que foi aceite. -----

-----Lixos na Carriça – Este depósito de lixos vem do tempo do senhor Luis Moura, mas na sequência da queixa efetuada pelo mesmo, a Junta foi contactada por duas técnicas da CCDRC que obrigaram a que fossem retiradas algumas terras. -----

-----O Presidente do Executivo, continuou referindo que na última Assembleia a senhora Maria de Lourdes Tavares de Moura, disse que este executivo só fez obras com apoio dos dinheiros dos incêndios, pelo que esclarece que o único “arranjo” gasto com esses dinheiros, foi no alto da Esculca. Todas as outras obras foram feitas através de contratos programa e dinheiro da Junta, dando alguns exemplos como: a implementação de melhorias no Caneiro, que permitiram obter a bandeira azul,



bandeira de ouro e bandeira de praia acessível; obtenção da classificação de zona balnear no Moinho de Alva e também no Urtigal, Barril de Alva; a implementação de um novo Portal de Turismo com mapa interativo; o registo da marca "Portas do Agor" para evitar a apropriação e utilização não autorizada; a criação de dois percursos PR5/PR5.1 AGN, entre o Alva e a Ribeira da Mata; a ação de repovoamento de trutas na Ribeira da Mata; a implementação de melhorias no Parque de Autocaravanas, no Barril de Alva; a manutenção dos espaços ajardinados no Jardim das Rosas, Jardim do Vale e a plantação de árvores, com a parceria da União e Progresso, no Barril de Alva; a construção do Parque infantil do Prado e o das Ladeiras, tal como a requalificação do parque infantil do Jardim das Rosas; o Parque Bio Saudável em Coja, em parceria com a Liga Regional Cojense, e o Parque Bio Saudável no Barril de Alva, em parceria com a União e Progresso e o casal Arnaut; construção do pontão em madeira na Ribeira da Mata; a reconstrução do Miradouro da Coutada; as diversas substituições da tubagem de rede de águas e resolução de águas pluviais no Mercado Velho e Rua da Levada, com reparação da calçada em granito; as substituições da tubagem de rede de águas e resolução de águas pluviais e alcatroamento no Bairro Padre António Augusto Calinas, na Rua Prof. José Eduardo Mendes Ferrão, na Rua Marcolino António de Almeida, na Rua António Santos Calinas e Rua Nova do Outeiro; no Barril de Alva, foram efetuados vários alcatroamentos e colocação de calçada em granito, com resolução de águas pluviais, onde se destacam as ruas António Freire de Carvalho e Albuquerque; Joaquim Madeira, União e Progresso, entre outras; a pavimentação da valeta e resolução de águas pluviais no Largo do Chiado, o arranjo do caminho das Medas, etc. Também no Pisão foi alcatroada a Rua das Corgas, com resolução de águas pluviais, e colocada calçada em granito na Rua do Coberto e Rua Prof. Adelino Marques, tal como na Esculca foi alcatroado o Largo da Mocidade, foi colocada calçada em granito na Rua da Bica, foram colocadas vedações, e ainda o Parque infantil que está quase concluído. -----

-----O Presidente do Executivo termina, dizendo que mais havia a relatar, mas esta é uma pequena mostra do trabalho realizado por este executivo nos últimos anos, pelo que convém de vez em quando repor a verdade, perante as acusações feitas. -----

-----António Manuel Tavares Fróis de Carvalho pede a palavra para dizer que depois de ouvir a explanação de todos os trabalhos efetuados, lamenta, mais uma vez, que a oposição não esteja presente. As pessoas têm memória curta e o PS como é seu apanágio, principalmente neste mandato, cria situações tentando justificar coisas sem justificação. Agradece ao Executivo todo o trabalho desenvolvido em seu nome e de toda a população. -----

-----Esgotados os assuntos previstos no período antes da ordem do dia, passou-se ao Período da Ordem do Dia. Todos os documentos de suporte aos pontos abordados foram previamente distribuídos pelos membros da Assembleia. -----

-----1. *Discussão e votação da Ata da Assembleia anterior, enviada a todos os membros.*-----

----- O Presidente da Mesa, Carlos Alberto Alves Cerejeira, pôs a Ata a votação, que foi aprovada por unanimidade, com cinco (5) votos a favor. -----

-----2. *Discussão e aprovação do Orçamento e Grandes Opções do Plano para o exercício de 2023.*-----

-----O Presidente da Mesa perguntou se todos os membros receberam os documentos para analisar, e não havendo inscrições, colocou a votação o Orçamento e Grandes Opções do Plano para o exercício de 2023, que foi aprovado por unanimidade, com cinco, (5) votos a favor. -----

-----3. *Discussão e votação da Tabela Geral de Taxas para o ano de 2023.*-----

----- O Presidente da Mesa, Carlos Alberto Alves Cerejeira, colocou a votação a Tabela Geral de Taxas para o ano de 2023, que foi aprovada por unanimidade, com 5, (cinco) votos a favor. -----

-----4. *Apreciação e votação do Mapa de pessoal para o ano de 2023, de acordo com a Lei Nº12-A/2008, de 27 de fevereiro.*-----

-----O Presidente da Mesa, Carlos Alberto Alves Cerejeira, colocou a votação o Mapa de pessoal para o ano de 2023, de acordo com a Lei Nº12-A/2008, de 27 de fevereiro, que foi aprovado por unanimidade, com cinco, (5) votos a favor. -----

-----5. *Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da União das Freguesias, acerca da situação financeira, nos termos da alínea v), do nº1, do art.18º da Lei nº75/2013 de 12 de setembro.*-----

-----Passando ao ponto cinco da ordem do dia, o presidente do executivo informou sobre a situação financeira: receita liquidada 429.800,91 € (quatrocentos e vinte e nove mil, oitocentos euros e noventa e um centavos); despesa paga 344.029,64€ (trezentos e quarenta e quatro mil, vinte e nove euros e sessenta e quatro centavos); obrigações assumidas 342.439,10€ (trezentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e trinta e nove euros e dez centavos). -----

-----As principais atividades desenvolvidas foram:-----

-----1. Realização das Atividades de verão e de evento comemorativo dos "900 anos de História e Património", -----

-----2.Feira de Todos os Santos, -----

-----3.Construção de casa de banho no Cemitério de Coja, -----

-----4.Início da construção do ossário no Cemitério de Coja, -----

-----5.Realização da escritura do Prédio urbano, conhecido como Moenda da Foz da Ribeira, -----

-----6.Realização de decorações de Natal, -----

-----7.Poda de árvores. -----



-----Atividades a desenvolver: -----

-----1.Construção de ossário no Cemitério de Coja, -----

-----2.Início do Projeto "Condomínio de Aldeia", a realizar no Machorro, -----

-----3.Poda de árvores. -----

-----Passando ao ponto 6. *Aprovação, em minuta, da Ata desta Assembleia.* -----

-----O Presidente da Mesa informa que para cumprir obrigações legais, deve ser elaborada ata das deliberações desta Assembleia, em minuta, ao abrigo do disposto nos nºs 3 e 4 do artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que diz que "a ata com a votação das deliberações, pode ser aprovada em minuta, no final das sessões, desde que deliberado pela maioria dos presentes, sendo assinadas após aprovação pelo presidente e por quem as lavrou". -----

-----A primeira secretária, Maria Manuela Sinde Filipe leu em voz alta a Ata das deliberações em minuta. -----

-----MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022-----

-----Ponto 1- Discussão e votação da ata da Assembleia anterior. -----

-----A Assembleia de Freguesia deliberou, por unanimidade, com 5 (cinco) votos a favor aprovar a Ata nº5 (cinco), da sessão ordinária, da Assembleia de Freguesia realizada no dia 22 de setembro de 2022; -----

-----Ponto 2- Discussão e aprovação do Orçamento e Grandes Opções do Plano para o exercício de 2023. -----

-----A Assembleia de Freguesia deliberou, por unanimidade, com 5 (cinco) votos a favor, aprovar o Orçamento e Grandes Opções do Plano para o exercício de 2023-----

-----Ponto 3 - Discussão e votação da Tabela Geral de Taxas para o ano de 2023. ----

-----A Assembleia de Freguesia deliberou, por unanimidade, com 5 (cinco) votos a favor, aprovar a Tabela Geral de Taxas para o ano de 2023. -----

-----Ponto 4 – Apreciação e votação do Mapa de pessoal para o ano de 2023, de acordo com a Lei Nº12-A/2008, de 27 de fevereiro -----

-----A Assembleia de Freguesia deliberou, por unanimidade, com 5 (cinco) votos a favor, aprovar o Mapa de pessoal para o ano de 2023-----

-----Ponto 5 - Apreciação de uma informação escrita do senhor Presidente da Junta de freguesia, acerca da situação financeira, nos termos da alínea v), do nº 1, do artigo 18º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro. -----

-----A Assembleia de Freguesia tomou conhecimento da situação financeira à data e das principais atividades desenvolvidas, nos termos da alínea v), do nº 1, do artigo 18º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro. -----

-----Ponto 6. Aprovação em minuta, de deliberações desta Assembleia -----

-----A Assembleia de Freguesia deliberou, por unanimidade, com 5 (cinco) votos a

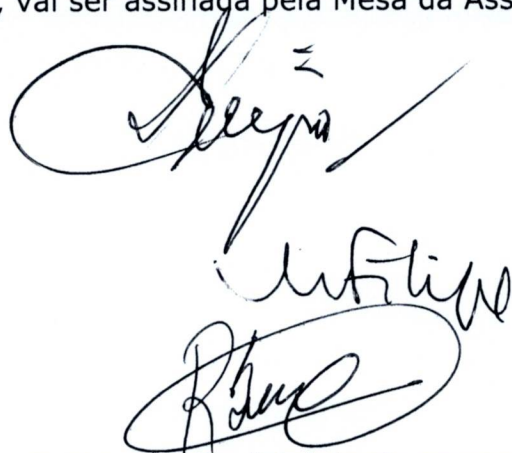


favor, aprovar as presentes deliberações em minuta, no final da sessão, nos termos do número três do quinquagésimo sétimo artigo da Lei número setenta e cinco, barra, dois mil e treze, de doze de dezembro. -----

-----Das mesmas se exarou a presente ata, que depois de lida, vai ser assinada pela Mesa da Assembleia. (Documento anexo à Ata) -----

-----Nada mais havendo a tratar, o presidente da Mesa da Assembleia agradeceu a presença de todos, com votos de um Feliz Natal e um Bom Ano, e encerrou a sessão pelas 22 horas e 15 minutos. -----

-----Para constar foi lavrada a presente ata que depois de lida, discutida e aprovada pelos presentes, vai ser assinada pela Mesa da Assembleia. -----



-----O espaço restante da folha foi deixada propositadamente em branco. -----

